



## REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO OU VACÂNCIA POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL

Ao Senhor Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula SIAPE nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de efetivo de \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, venho, respeitosamente, requerer

( ) EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO, nos termos do art. 34 da Lei 8.112/90, a partir de \_\_\_\_\_.  
( ) VACÂNCIA POR POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL\*, nos termos do art. 33 da Lei 8.112/90, a partir de \_\_\_\_\_. (A recondução ao cargo anteriormente ocupado só é permitida ao servidor que tiver adquirido a estabilidade. A estabilidade é adquirida após aprovação em estágio probatório e 3 anos de efetivo exercício).

\*Anexar cópia do DOU de nomeação, Termo de Posse e Entrada em Exercício do novo cargo que está assumindo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Dourados/MS, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Chefia Imediata

### Dados do Servidor

Endereço Residencial:		Nº	Complemento:
Bairro:	CEP:	Cidade/UF:	
Telefones:		E-Mail:	

Dourados – MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE QUE NÃO RESPONDE A INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Declaro para fins de instrução de processo de Exoneração ou Vacância por Posse em Outro Cargo Inacumulável que não estou respondendo a inquérito administrativo nesta Universidade, estando ciente do que consta no art. 299 do Código Penal, transcrito abaixo:

*Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. (...)*

*Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena da sexta parte.*

Dourados – MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, matrícula SIAPE nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de efetivo de \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que:

<input type="checkbox"/> Possuo débito com o Erário.	<input type="checkbox"/> Não possuo débito com o Erário.
<input type="checkbox"/> Não respondo a Processo Administrativo Disciplinar	
<input type="checkbox"/> Respondo a Processo Administrativo Disciplinar, conforme comissão instituída através da Portaria nº. _____ e Processo nº. _____.	
<input type="checkbox"/> Não me afastei para participar de Programa de Capacitação/Qualificação nos últimos 42 (quarenta e dois) meses.	
<input type="checkbox"/> Me afastei para participar de Programa de Capacitação/Qualificação, no período de ____/____/____ a ____/____/____ e esta IFE encontra-se ressarcida, conforme Processo nº _____, conforme § 5º do art. 96-A da Lei 8.112/90.	

Dourados – MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

### Observações:

#### 1 - Decreto-Lei nº 2.848, de 07-12-1940 (Código Penal Brasileiro).

**Art. 299** – Omitir, em documento público ou particular, declaração, que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena – reclusão, de 1(um) a 5(cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1(um) a 3(três) anos, se o documento é particular.

**Parágrafo Único** – Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

#### 2 – Resolução nº 85 de 25 de setembro de 2009 do Conselho Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

**Art. 27.** Tendo concluído seu curso, se o servidor pedir demissão ou vacância do seu cargo sem ter permanecido na UFGD pelo prazo igual ao cômputo total do afastamento utilizado para sua capacitação ficará o mesmo obrigado a ressarcir os salários pagos pela UFGD durante o período de afastamento para a finalidade citada.

§ 1º A indenização das despesas ocorridas será feita em valores atualizados, de acordo com a legislação em vigor.

§ 2º Este artigo não se aplica aos casos amparados por Legislação Superior.

#### 3 – Lei nº 8.112, de 11-12-1990 (Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais).

**Art. 96-A.** O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.

§ 5º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no § 4º deste artigo, deverá ressarcir o órgão ou entidade, na forma do art. 47 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

**Art. 172** O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.



## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_, declaro responsabilizar-me pela quitação de eventuais débitos porventura existentes, mesmo que detectados em momento posterior ao desligamento, a serem devolvidos a título de reposição ao Erário, na forma do art. 46 da Lei 8.112/1990, respeitados a ampla defesa e o contraditório, bem como afirma o desconhecimento acerca de processos administrativos disciplinares em curso nos quais figure como interessado(a).

Dourados – MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



Eu, \_\_\_\_\_, matrícula SIAPE nº \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de efetivo de \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que:

Efetuei a devolução do crachá funcional à SERF/PROGESP

Não Efetuei a devolução do crachá funcional à SERF/PROGESP por motivo de extravio, e que não foi solicitado por mim segunda via.

Dourados – MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Para uso da SERF – Seção de Registro Funcional

Protocolo

Recebimento do crachá.

Dourados/MS, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Recebedor